

**A REVISTA ARQUIVOS E A BIBLIOTECA DO MUSEU NACIONAL**  
**ESPAÇOS DE CIRCULAÇÃO E CONSERVAÇÃO DAS CIÊNCIAS NATURAIS NO BRASIL IMPERIAL**  
**THE ARQUIVOS PERIODICAL AND THE BIBLIOTECA DO MUSEU NACIONAL**  
**SPACES OF CIRCULATION AND CONSERVATION OF THE NATURAL SCIENCES IN THE BRAZILIAN IMPERIAL PERIOD**

**MICHELE DE BARCELOS AGOSTINHO** | Mestranda em História Social pela Universidade Federal Fluminense. Técnica em Assuntos Educacionais do Departamento de Antropologia do Museu Nacional/UFRJ. Professora de História da Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro.

## **RESUMO**

Em 1876 o Museu Nacional criou a revista *Arquivos do Museu Nacional*, primeiro periódico científico do país dedicado exclusivamente às ciências naturais. Neste artigo, analisamos a rede de circulação da revista que se constituiu entre os anos de 1876 a 1887 e o significado desta publicação para a Biblioteca do Museu Nacional, no que tange à constituição do seu acervo.

*Palavras-chave: divulgação científica; biblioteca; Museu Nacional; ciências naturais.*

## **ABSTRACT**

In 1876 the *Museu Nacional* (National Museum of Brazil) has established the *Arquivos do Museu Nacional* magazine, the country's first scientific magazine exclusively dedicated to the natural sciences. In this paper, we analyze the periodical's distribution network that was constituted between 1876 and 1887 and the meaning of the publication to the Library of the *Museu Nacional*, regarding the constitution of its collection.

*Keywords: scientific dissemination; library; Museu Nacional; natural sciences.*

## **RESUMÉN**

En 1876, el *Museu Nacional* (Museo Nacional de Brasil) creó el periódico *Arquivos do Museu Nacional*, el primer del país dedicado exclusivamente a las ciencias naturales. En este trabajo, se analiza la red de la distribución del periódico que se formó de 1876 a 1887 y la importancia de esta publicación para la Biblioteca do *Museu Nacional*, en relación a la constitución de su colección.

*Palabras clave: divulgación científica; biblioteca; Museu Nacional; ciencias naturales.*

**E**m fevereiro de 1876, o Museu Nacional, situado no Rio de Janeiro, criou, através do novo regulamento que entrou em vigor naquele ano, a revista *Arquivos do Museu Nacional*, publicada até 1932. Tratava-se do primeiro periódico científico da instituição. Era também o primeiro do país, em publicação de assuntos relacionados exclusivamente à história natural do Brasil. Neste artigo, analisamos a rede de circulação da revista que se constituiu entre os anos de 1876 e 1887, período no qual Ladislau Netto ocupou o cargo de diretor-geral do Museu e integrou a comissão de redação dos *Arquivos*. Investigamos, igualmente, o significado desta publicação para seus divulgadores e sua relação com a Biblioteca do Museu Nacional, no que tange à constituição do seu acervo.

O Museu Real, depois Museu Nacional, desde sua criação em 1818, centralizava os estudos de história natural. Para ele eram remetidos os objetos oriundos dos gabinetes provinciais. A partir daí, formavam-se as coleções, que vieram a favorecer o intercâmbio do Museu com instituições científicas estrangeiras, já que os objetos colecionados eram passíveis de permuta. Isso permitiu a constituição de uma rede de sociabilidades entre instituições – embora restrita, visto que a transferência de objetos tem suas limitações –, na qual o Museu Nacional intermediava as trocas e o diálogo com as instituições nacionais e estrangeiras.

Nos anos 70 do século XIX, a interlocução entre tais instituições passou a ser configurada também pela troca de publicações. Com a criação dos *Arquivos do Museu Nacional*, o museu brasileiro não só consolidou as relações já estabelecidas como as ampliou. A permuta dos *Arquivos* contribuiu para a expansão desta rede de sociabilidade e para a divulgação da produção científica do Brasil no exterior.

O número de exemplares produzidos evidencia a amplitude desta circulação. Já no primeiro ano de criação da revista foi feita uma tiragem de três mil exemplares<sup>1</sup> e de dois mil em 1879,<sup>2</sup> o que é expressivo para a época.<sup>3</sup> Além disso, ao fim de cada volume<sup>4</sup> é possível encontrar a relação das obras recebidas na permuta, organizada a partir das cidades nas quais estavam localizadas as respectivas instituições, nacionais e estrangeiras, com as quais se estabelecia a troca. São centenas de trabalhos de instituições situadas em todo o mundo. A circulação dos *Arquivos* ultrapassou, portanto, as fronteiras nacionais, tendo sido enviados exemplares para instituições da África, América, Ásia, Europa, predominantemente, e Oceania.

O estabelecimento da permuta entre as instituições ocorria de comum acordo com as partes envolvidas. Era praxe a instituição enviar, junto com sua respectiva publicação, uma

---

1 Ata do Conselho Diretor do Museu Nacional, de 8 de julho de 1876. Pasta 15, doc. 80. Este e os demais documentos citados no decorrer deste trabalho encontram-se no Fundo Museu Nacional, Série Diretoria, Avisos e Ofícios, da Seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional.

2 Ofício do diretor do Museu Nacional ao ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Pasta 18, doc. 68.

3 Vale ressaltar que a revista era destinada ao leitor especializado. Ela era distribuída às instituições e aos membros correspondentes e funcionários do Museu Nacional.

4 O Regulamento de 1876 previa a publicação trimestral da revista. Assim, o volume era constituído com a junção dos quatro fascículos. No entanto, esta periodicidade não foi mantida regularmente, seja por falta de verbas, seja pelo atraso atribuído à confecção das estampas.

correspondência propondo a permuta à congênere, que, por sua vez, deveria responder aceitando ou não a proposta. Em geral, as respostas eram afirmativas, uma vez que interessava a todas elas a diversificação e multiplicação do acervo de suas respectivas bibliotecas, local de destino das obras permutadas. A partir daí, as trocas entre as instituições passavam a ser constantes: uma remetia sua publicação à outra que, por sua vez, enviava-lhe uma carta, em resposta, acusando o recebimento, agradecendo a remessa e encaminhando-lhe sua respectiva publicação – caso esta estivesse em vias de publicação, era firmado na carta o compromisso de enviá-la em breve.

Na Seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional é possível encontrar dezenas dessas cartas<sup>5</sup> remetidas ao Museu Nacional propondo a permuta, solicitando exemplares da revista *Arquivos*, e agradecendo o envio da mesma. A correspondência mais antiga, talvez a primeira, data de agosto de 1876, em que um professor da Universidade da Pensilvânia agradece a remessa dos *Arquivos do Museu Nacional*.<sup>6</sup> Há outros exemplos: em julho de 1881, o arquivista da Societé Linnéenne, de Bordeaux, P. Motelay, agradece a Ladislau Netto o envio de dois volumes dos *Arquivos do Museu Nacional* e pede o primeiro volume, que ainda não lhe fora remetido;<sup>7</sup> neste mesmo mês, o bibliotecário da Université de Bruxelles, Alphonse Cels, acusa o recebimento da revista brasileira e informa que “*cet ouvrage a été déposé dans la Bibliothèque*”.<sup>8</sup>

A importância das cartas na consolidação das redes de sociabilidade foi destacada por Giselle Martins Venâncio ao afirmar que “estes documentos permitem, em síntese, esboçar a rede de relações sociais de seus titulares” (Venâncio, 2001, p. 32). A troca de cartas e de livros – analisada em seu estudo sobre as cartas de agradecimento enviadas à Oliveira Vianna, por pessoas que receberam do autor seus livros – estabelece relações mútuas de reciprocidade, já que a escrita de correspondências só existe em função do outro, para quem se fala e de quem se espera uma resposta; porta certa intencionalidade, no caso, a autopropaganda e a formação de uma comunidade de leitores, e cria espaços de difusão de ideias, em que o receptor se torna um agente autorizado de legitimação da obra. Para Ângela de Castro Gomes, a correspondência

implica uma interlocução, uma troca, sendo um jogo interativo entre quem escreve e quem lê – sujeitos que se revezam, ocupando os mesmos papéis através do tempo. [...] É um espaço preferencial para a construção de redes e vínculos que possibilitam a conquista e a manutenção de posições sociais, profissionais e afetivas (Gomes, 2004, p. 19 e 21).

---

5 O levantamento destas fontes está em andamento. Até o momento, as correspondências analisadas são provenientes de instituições nacionais, americanas e europeias e estão localizadas nas pastas 15 a 20. 1876 a 1881.

6 Pasta 15, doc. 100A. 1876.

7 Pasta 20, doc. 115. 1881.

8 Pasta 20, doc. 123. 1881.

Nesse sentido, a permuta dos *Arquivos*, enquanto espaço de troca de publicações e de correspondências, consolidou uma rede de sociabilidades entre instituições, importante para estruturação da biblioteca e difusão dos saberes. No caso do Museu Nacional, principalmente, ser aceito nesta rede de troca significou sua inserção na comunidade científica internacional, pois ser solicitado para a troca representava reconhecimento. A troca pressupunha, portanto, a estruturação de uma comunidade de leitores e, sobretudo, a validação da produção científica do Museu.

A circulação de impressos está, igualmente, relacionada à circulação de homens. Estes transitam em espaços onde se encontram seus interlocutores: “a mobilidade dos homens é, de fato, um dado quase constitutivo da história da produção editorial” (Juratic, 2011, p. 85). Os agentes do mundo do livro, tais como livreiros, autores, editores, tipógrafos e leitores, se deslocam por razões múltiplas: estratégia comercial, laços de parentesco, formação acadêmica e interesses profissionais, por exemplo. Com isso, vão se delineando os circuitos de difusão das publicações.

Os membros da comissão de redação da revista *Arquivos do Museu Nacional* – formada pelo diretor-geral, por um diretor e um subdiretor de seção do Museu, conforme estabelecia o Regulamento –, bem como os autores que ali tiveram artigos publicados, eram filiados a sociedades científicas nacionais e do exterior, e também frequentavam eventos científicos internacionais e mantinham relações com instituições estrangeiras. Certamente, estas relações dinamizaram a difusão da referida revista entre os pares.

Por exemplo, Ladislau Netto,<sup>9</sup> diretor-geral do Museu Nacional no período estudado, era naturalista e botânico, membro, dentre inúmeras outras, da Sociedade Linneana de Paris, da Academia de Ciências de Lisboa, do Instituto de Botânica do Grão-Ducado de Luxemburgo, do Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano e da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (Keuller, 2008). Ele ainda participou de conferência na Sociedade Científica Argentina e representou o Museu no VII Congresso da Associação Internacional de Americanistas, realizado em 1888, em Berlim. Interessante notar que algumas destas instituições constam na relação de permuta dos *Arquivos*, bem como há cartas provenientes de parte delas no arquivo do Museu.

João Batista de Lacerda,<sup>10</sup> além de membro correspondente da Sociedade de Antropologia de Berlim, da Sociedade Médica Argentina, dentre outras, o era igualmente da Sociedade de Antropologia de Paris, cuja publicação, a *Revue d'Anthropologie*,<sup>11</sup> traduziu, em 1878,

---

9 Ladislau Netto, por ser o diretor-geral, presidia a comissão de redação da revista e exercia a função de editor, conforme estabelecido no regimento interno criado em 1879. À comissão de redação competia a submissão dos artigos para publicação.

10 Lacerda era formado em medicina pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. No Museu Nacional, foi subdiretor e diretor da 1ª Seção entre os anos de 1876 a 1887, respectivamente, além de integrante da comissão de redação dos *Arquivos*. Publicou ali artigos referentes às raças indígenas do Brasil.

11 Fundada em 1872, a revista foi dirigida por Paul Broca, secretário-geral da Société d'Anthropologie de Paris, até 1881, quando passou então à direção de Paul Topinard. A Sociedade teve importância central na constituição dos cânones para o campo disciplinar da antropologia, ao produzir técnicas, modelos e teorizações para a pesquisa antropológica (Faria, 1973). A revista está disponível em: <<http://gallica.bnf.fr>>.

um de seus artigos sobre estudos craniométricos de indígenas brasileiros. Ainda na referida revista, o artigo intitulado “Estudos sobre os sambaquis do sul do Brasil”, de Carlos Wiener, publicado nos *Arquivos do Museu Nacional* em 1876, foi citado na referência bibliográfica da publicação de 1877 e o volume 6 dos *Arquivos*, publicado em 1885 e todo ele dedicado à Exposição Antropológica realizada no Museu Nacional no ano de 1882, foi comentado extensivamente na publicação de 1887.

Portanto, há várias evidências da circulação dos *Arquivos* para além das fronteiras nacionais, com atuação direta dos cientistas neste processo. E mais: estas evidências nos fornecem indícios da leitura da revista. Ao serem citados, traduzidos e comentados num periódico científico importante da França, os *Arquivos do Museu Nacional* tornaram-se mais conhecidos e puderam ser lidos por um público mais abrangente, uma vez que o texto escrito em língua francesa “se beneficiava de uma audiência crescente” e pôde “servir de mediação – quando então o latim perde progressivamente esse papel – para garantir a difusão de textos de autores não francófonos” (Juratic, 2011, p. 87).

Por tudo isso, entendemos que a inserção dos *Arquivos* numa rede de circulação internacional aponta intencionalidades diversas. A primeira delas consistia na afirmação de uma ciência nacional a partir da fixação de uma identidade no cenário internacional. Era preciso estabelecer as semelhanças fundamentando-se nas diferenças. Para tal, a natureza brasileira ocupou um lugar de destaque como elemento simbólico da especificidade nacional. “A identidade e aquilo que a marca se definem pelo resíduo das diferenças. Um animal ou uma planta [...] é aquilo que os outros não são; só existe em si mesmo no limite daquilo que dele se distingue” (Foucault, 1995, p. 159). Daí a relevância das ciências naturais, cujas investigações constroem o elo entre natureza e nação, e de suas classificações, as quais descrevem, nomeiam, comparam, identificam e diferenciam.

Os assuntos abordados na revista *Arquivos do Museu Nacional* eram referentes aos estudos desenvolvidos nas quatro seções da instituição, assim divididas: 1ª Seção – antropologia, zoologia, anatomia e paleontologia animal; 2ª Seção – botânica e paleontologia vegetal; 3ª Seção – geologia, mineralogia e paleontologia geral; Seção Anexa – arqueologia, etnografia e numismática.<sup>12</sup> Entendemos que estes estudos “deveriam se orquestrar conjuntamente para constituir a nação brasileira. Território, natureza e povo eram objetos da ciência que irá ditar as diretrizes para a construção de uma identidade nacional” (Vergara, 2003, p. 172). Nas palavras de Netto, era efetiva no Museu Nacional “a influência de suas investigações transcendentais sobre a marcha da ciência brasileira” (Relatório anual do Museu Nacional, 1877, p. 2).

Deste modo, a produção, divulgação e circulação dos estudos das ciências naturais eram relevantes não só por questões científicas, mas também por questões político-culturais. O Museu Nacional,

---

12 Para cada seção havia um diretor e um subdiretor. No caso da Seção Anexa, esta era dirigida pelo diretor-geral do Museu.

tanto se constituiu na busca de representações da nação, naquilo que ela tem de universal, de válido para todo o homem civilizado, onde nacional significa civilização, valores universais a serem comumente partilhados; como no que significa o singular e o específico nos traços que individualizam a construção de cada nação e a diferenciam das demais (Lopes, 2001, p. 94).

A circulação internacional da revista indica uma outra intencionalidade, que diz respeito à institucionalização da ciência, a qual requer profissionalização, autorregulamentação e legitimação. O Regulamento de 1876<sup>13</sup> contribuiu consideravelmente para a autonomização do campo, naquele momento em incipiente formação. As novas normas de funcionamento do Museu ampliaram o “espaço de possíveis”<sup>14</sup> de seus agentes e a criação da revista consolidou a constituição deste espaço ao validar os saberes por eles produzidos.

A publicação confere legitimidade à produção científica na medida em que favorece o debate entre os especialistas sobre os riscos, (in)certezas e possíveis aplicações do conhecimento. O julgamento do conhecimento entre os iguais constrói reputações, distribui poder e valida discursos (Bourdieu, 2004). A divulgação científica contribuiu, assim, “para a institucionalização da ciência ao fornecer espaço para a formulação de demandas de recursos e reconhecimento frente à sociedade” (Vergara, 2008, p. 329).

E, finalmente, a última intencionalidade que queremos destacar: a atualização do acervo da biblioteca. Como já foi dito no início deste artigo, a prática da permuta contribuiu para a diversificação e multiplicação deste acervo, tendo em vista que “a publicação dos *Arquivos do Museu Nacional* em 1876, e sua distribuição pelas sociedades e instituições científicas existentes, possibilitou a maior ampliação das coleções, abrangendo outras especialidades inerentes a todos os ramos das ciências naturais” (Cunha, 1966, p. 64).

A Biblioteca do Museu Nacional foi criada oficialmente em 1863, pelo então ministro dos Negócios do Império, Manoel de Araújo Lima, o marquês de Olinda. Entretanto, a constituição de sua coleção foi iniciada muito antes desta data. De acordo com Dulce Cunha, em 1844, o Museu Nacional tinha 446 volumes, sendo 77 de história natural, noventa de zoologia, 34 de botânica, três de química, seis de física, nove de arquitetura, além de 227 fascículos do reino animal de Cuvier, do *Magazin de Zoologie* e da Flora Fluminense (Cunha, 1966, p. 28).

A formação deste acervo decorreu dos seguintes fatores: parte resultou de doação – em 1838 para lá foram direcionados os livros que pertenceram a José Bonifácio; parte foi

---

13 Dentre outras coisas, o Regulamento estabeleceu a instauração de concursos públicos para diretores de seção, subdiretores e praticantes e atribuições ao diretor-geral e ao conselho diretor, tais como: nomear os naturalistas viajantes e os membros correspondentes; organizar o programa dos cursos públicos; designar a comissão de redação da revista; organizar o regimento interno, que entrou em vigor em janeiro de 1879.

14 Segundo Bourdieu (2011, p. 53), o espaço dos possíveis “é o que faz com que os produtores de uma época sejam ao mesmo tempo situados, datados, e relativamente autônomos em relação às determinações diretas do ambiente econômico e social”.

adquirida por meio de compra – desde 1839 passou a ser destinado ao Museu uma verba no valor de 800\$000 para a aquisição de livros, o que certamente contribuiu para a ampliação da biblioteca, haja vista que no relatório de 1831, o diretor do Museu, Alves Serrão,<sup>15</sup> reclama da escassez de livros e de periódicos, o que estaria interferindo na prática científica de classificar, pois “no Museu não há biblioteca, e sem uma biblioteca própria, sem possuir as observações que todos os dias se fazem sobre numerosos objetos é impossível descer a denominá-los de maneira que não nos faça vergonha”(apud Cunha, 1966, p. 26).

Entretanto, considerável foi o aumento do número de obras de 446 em 1844 para 1.267 em 1863, ano de instituição da Biblioteca. Tratava-se agora de 318 volumes de zoologia, 205 de botânica, 51 de geologia, 82 de física, 45 de mineralogia e metalurgia, 88 de química, 95 de numismática e 383 de obras gerais, as quais incluíam assuntos diversos – memórias, viagens, periódicos e dicionários (Cunha, 1966, p. 31).

Vejam as razões que possibilitaram o crescimento do acervo. Sob a administração de Frederico Leopoldo César Burlamaqui (1847-1866), para o Museu foram remetidas obras de ciências naturais que existiam em duplicatas na Biblioteca Nacional – tal medida já tinha sido proposta em 1831 pelo ministro da época, mas não fora executada. Também sob esta gestão, objetos de coleções zoológicas e mineralógicas que existiam em duplicatas no Museu passaram a ser trocados por publicações de instituições estrangeiras. Além disso, diversas doações foram realizadas, tais como as de Araújo Porto Alegre e do próprio Alves Serrão. Este último, por exemplo, doou mais de trezentas obras de sua biblioteca (Cunha, 1966, p. 29).

Porém, expressiva foi a transferência da biblioteca da Comissão Científica de Exploração do Ceará<sup>16</sup> para o acervo do Museu Nacional em 1863: a estimativa de dois mil volumes transferidos para a biblioteca do Museu teria elevado para mais de três mil o número total de volumes do seu acervo. Ademais, as condições materiais dos livros doados chamaram a atenção do diretor do Museu: “exceto os volumes que ainda estão por encadernar, o resto está perfeitamente encadernado, e muitas dessas obras são de luxo” (apud Cunha, 1966, p. 31).

Na verdade, a biblioteca da Comissão do Ceará já estava alojada no Museu desde 1858. A sua incorporação ao acervo da biblioteca do Museu Nacional, em 1863, foi proposta por Manoel Ferreira Lagos – secretário do IHGB, integrante da Comissão do Ceará e adjunto da Seção de Anatomia Comparada e Zoologia do Museu Nacional – e aprovada pelo ministro do Império, o marquês de Olinda. Este episódio foi fundamental para a instituição, não só pelo número significativo de obras doadas, mas igualmente porque dele se derivou a criação institucional da biblioteca.

Anuindo à ideia apresentada por V. S. pelo presidente da Comissão Científica [...] de se reunirem aos livros que possui a Biblioteca do Museu Nacional os que têm sido compra-

---

15 Frei Custódio Alves Serrão foi diretor do Museu Nacional no período de 1828 a 1847.

16 A Comissão do Ceará foi criada em 1856 e empreendida pelo IHGB e pelo Museu Nacional. Seu objetivo era estudar e coletar informações sobre as províncias do interior do Brasil. Sobre o assunto, ver Lopes, 1996.

dos para uso daquela Comissão, formando-se assim uma biblioteca especial das ciências naturais, declaro a V. S. que, feito o catálogo dos livros da dita Comissão pelo doutor Manoel Ferreira Lagos, que deste trabalho está encarregado por oferecimento espontâneo que para isso fez, devem eles ser reunidos aos desse Museu debaixo da mesma direção (apud Cunha, 1966, p. 30).

Integrados os acervos e implantada a biblioteca “especial das ciências naturais”, foi criada juntamente a função de bibliotecário, para a qual Manoel Ferreira Lagos foi nomeado. Antes disso, as atribuições de bibliotecário eram desempenhadas pelo porteiro e guarda do Museu. No regimento de 1842, a função passou a ser executada pelo secretário. “A função de bibliotecário seria somente criada em 1863, quando do ato de criação oficial da Biblioteca do Museu” (Cunha, 1966, p. 27).

É importante ressaltar que a criação da biblioteca não significou que seus livros estivessem acessíveis ao público. Embora os diretores do Museu reconhecessem a necessidade de permitir a consulta pública ao livro, a biblioteca era reservada aos funcionários do Museu. Dois imperativos tornavam o acesso restrito: a falta de espaço para o leitor e a catalogação completa das obras.

Nos relatórios anuais dos diretores do Museu isso fica evidente. Em 1864, Burlamaqui dizia: “a nova sala por mim solicitada no mesmo ofício não é menos necessária e urgente, porque da sua construção depende a abertura da nova biblioteca”. No ano seguinte, afirmava que “a abertura de uma nova biblioteca ao público depende do catálogo que o respectivo bibliotecário continua a fazer e da construção de uma nova sala para a secretaria do Museu” (apud Cunha, 1966, p. 34). Apesar de o catálogo ter sido concluído, no relatório de Freire Alemão, sucessor de Burlamaqui na direção do Museu Nacional, ele afirmava que

esta biblioteca que encerra já preciosos volumes e muitos que se não acham em outras desta cidade está reclamando a ser aberta ao público e homens de ciência que têm necessidade de a consultar; mas estando colocada nas salas que servem de secretaria do Museu, não pode lhe ser dado esse destino sem que a secretaria dali se remova (apud Cunha, 1966, p. 35).

Era preciso, portanto, criar um espaço destinado unicamente ao leitor. Tal solicitação permaneceu presente nos relatórios da Direção nos anos seguintes, sendo a biblioteca franqueada ao público, ao que parece, a partir de 1879, quando da criação do regimento interno do Museu. Ainda assim, o público da biblioteca não era amplo e permanecia restrito, pois de acordo com o art. 87 do Regimento “a biblioteca destinada especialmente ao uso do pessoal do museu, será também franqueada às pessoas compreendidas nas exceções de que trata o art. 29 e às que obtiverem permissão especial do diretor-geral”.<sup>17</sup>

---

<sup>17</sup> Regimento Interno do Museu Nacional. Pasta 18, doc. 9A. 1879.

O artigo 29 citado estabelecia que “nenhum empregado do museu poderá receber visitas de quem quer que seja nos laboratórios e gabinetes de trabalho sem permissão do diretor-geral”. Assim, a leitura autorizada na Biblioteca do Museu dependia de critérios não explícitos no Regimento, tampouco no Regulamento de 1876, mas convenientes ao diretor-geral, na época Ladislau Netto, que centralizava a permissão para ler. Por outro lado, o estabelecimento desta norma nos leva a crer que, antes dela, o acesso à biblioteca poderia não ser tão controlado como desejava o diretor, o que teria levado à necessidade da instauração da própria norma.

A essa época, o acervo da biblioteca tinha se ampliado. A ele foram adicionadas as bibliotecas de Manoel Ferreira Lagos e do Freire Alemão, em 1871 e 1874, respectivamente. Pouco tempo depois, a biblioteca de Charles Frederic Hartt<sup>18</sup> também foi acrescida ao acervo. Segundo Cunha, a criação do Laboratório de Fisiologia do Museu Nacional, em 1876, contribuiu para a atualização do acervo da biblioteca, uma vez que “incorporou-se à biblioteca a coleção de livros que para o mesmo vinha sendo adquirida” (Cunha, 1966, p. 39).

Entretanto, foi a criação e circulação da revista *Arquivos do Museu Nacional* que possibilitou o aumento em larga escala do acervo: “a publicação dos *Arquivos* representou a fonte inesgotável do recebimento de trabalhos técnicos especializados nacionais e estrangeiros, com aumento considerável das permutas que se vinham realizando até então em pequena escala” (Cunha, 1966, p. 38). Na relação de permuta existente no volume dois da revista, constam cerca de 135 publicações recebidas apenas no ano de 1877.<sup>19</sup> Tais publicações eram provenientes de diversas instituições europeias, americanas e mesmo brasileiras e consistiam em livros, periódicos especializados – muitos produzidos em fascículos –, catálogos e jornais da imprensa. Na relação de permuta dos volumes seguintes, é possível constatar um número ainda maior de obras recebidas.

Nos relatórios encaminhados ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas – pasta a qual o Museu foi vinculado a partir de 1868 – há referências constantes do diretor-geral do Museu às contribuições da revista. Por exemplo, no relatório de 1877, referente ao ano de 1876, Ladislau dizia que os *Arquivos* davam ao Museu “seguro provento” ao permitir “o incalculável acréscimo de sua biblioteca, por meio dessa antiga praxe de recíprocos favores, tanto agora em uso nos Museus e nas Academias” (Relatório anual do Museu Nacional, 1877). Dez anos após a criação da revista, Netto afirmava no relatório de 1886, referente ao ano de 1885, que

Perto de 800 exemplares são remetidos para o exterior e ainda assim alguns pedidos não têm sido atendidos por não poder ser o Arquivo do Museu enviado senão às Associações que possam oferecer em permuta publicações próprias.

---

<sup>18</sup> Charles F. Hartt presidiu a Comissão Geológica do Império (1875-1877). Foi diretor da Seção de Geologia, Mineralogia e Paleontologia Geral do Museu. Faleceu em 1878. Sobre o assunto, ver Dantes, 2001.

<sup>19</sup> Nesta relação, contabilizamos os fascículos de periódicos como pertencentes a uma única obra, o que resultou no número aproximado de 135 obras recebidas. Caso fossem contados individualmente, este número seria superior. A revista está disponível em: <<http://obrasraras.museunacional.ufrj.br>>.

E para testemunho dos créditos de que há alguns anos vai gozando a revista do Museu brasileiro, bastar-me-á dizer que, dependendo o governo unicamente cinco contos de réis anuais com esta publicação, sobe a mais do duplo o valor das publicações que em permuta recebe a nossa biblioteca anualmente, contando-se entre estas publicações revistas das mais sábias associações europeias (Relatório anual do Museu Nacional, 1886, p. 4).

Assim, a circulação da revista não visava somente à divulgação científica. Era preciso divulgar apenas onde fosse possível obter reciprocamente publicações de ciência. Os *Arquivos* tornaram-se, deste modo, uma fonte rentável de aquisição de impressos estrangeiros, o que, conseqüentemente, serviu de estímulo ao crescimento do acervo da biblioteca. Ainda no mesmo relatório, Netto prevê novas necessidades para a biblioteca em função do aumento do acervo:

A biblioteca do Museu, cuja riqueza está vinculada às permutas dos *Arquivos* com as publicações estrangeiras, vai tomando tamanho incremento de tempos a esta parte que, havendo-lhe eu nestes últimos meses duplicado o espaço e os respectivos armários, prevejo ainda assim que em menos de dois anos não me será mais possível conservar nos dois únicos salões destinados à mesma biblioteca a livraria que nela deve então existir (Relatório anual do Museu Nacional, 1886, p. 5).

Entendemos, portanto, que a Biblioteca do Museu Nacional tem na doação de bibliotecas particulares e na verba destinada à compra de livros os recursos primeiros de composição de seu acervo. Posteriormente, a produção e a circulação dos *Arquivos* incrementaram tal composição, diversificando-a e multiplicando-a de modo mais dinâmico e acelerado. A quantidade elevada de livros em seu acervo era critério para torná-la referência nacional, pois, segundo Netto, “acham-se representadas em nossa biblioteca quase todas as obras consideradas clássicas nas ciências naturais. É pois ela indubitavelmente a mais rica do Brasil” (Relatório anual do Museu Nacional, 1874, p. 8).

Considerando que a biblioteca é “um desígnio intelectual, um projeto, um conceito imaterial que dá sentido e profundidade às práticas de leitura, de escrita e de interpretação” (Jacob, 2008, p. 10), percebemos que a biblioteca que se quis conformar no Museu Nacional deveria ser especializada, direcionada ao leitor também especializado, e ser útil, atender às demandas surgidas pelas práticas científicas desenvolvidas no Museu. Afinal, o museu era a principal instituição de pesquisa em ciências naturais no Brasil.

Apesar de especializada – seja pela incorporação de bibliotecas específicas a seu acervo, seja pela restrição ao público leitor –, a direção do Museu também desejava uma biblioteca universal: um lugar de conservação dos saberes produzidos em diversas partes do mundo e em diversas línguas. A permuta dos *Arquivos* por publicações de instituições situadas em vários continentes evidencia bem este aspecto. Deste modo, a biblioteca seria o espaço de conhecimento, já que ali o mundo se faz presente através da linguagem, tornando os fenômenos disponíveis para o pesquisador: “o domínio erudito não se exerce diretamente sobre

os fenômenos – galáxias, vírus, economia, paisagens – mas sim sobre as inscrições que lhes servem de veículo” (Latour, 2008, p. 32).

No decorrer deste artigo, analisamos a revista *Arquivos*, enquanto espaço de circulação de saber, e sua relação com a Biblioteca do Museu Nacional, enquanto espaço de conservação do saber. Verificamos que a circulação internacional dos *Arquivos do Museu Nacional* esteve intrinsecamente relacionada às redes de sociabilidade tecida pelos atores sociais, que se configuraram na permuta da revista e no trânsito dos pesquisadores do Museu em outros espaços de ciência. Isso nos levou a ver na revista dois aspectos importantes: um linguístico, referente à divulgação científica propriamente dita, e outro extralinguístico, que consiste na afirmação de uma ciência nacional e na sua institucionalização, bem como na composição do acervo da biblioteca, que se queria expressivo, especializado e universal.

## Referências bibliográficas

ARQUIVOS DO MUSEU NACIONAL, 1876-1887. Disponível em: <<http://obrasraras.museunacional.ufrj.br>>. Acesso em: 10 abr. 2012.

BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência*. São Paulo: Unesp, 2004.

\_\_\_\_\_. *Por uma ciência das obras: razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papius, 2011.

CUNHA, Dulce F. Fernandes da. *A Biblioteca do Museu Nacional do Rio de Janeiro: 1863-1963*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1966. Série Livros III.

DANTES, Maria Amélia (org.). *Espaços da ciência no Brasil: 1800-1930*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.

FARIA, Luiz de Castro. Paul Broca e a Sociedade de Antropologia de Paris. *Publicações Avulsas do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, n. 59, 1973.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

GOMES, Ângela de Castro. *Escrita de si, escrita da história* (org.). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.

JACOB, Christian. Prefácio. In: BARATIN, Marc; JACOB, Christian (orgs.). *O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

JURATIC, Sabine. Da prosopografia dos livreiros ao estudo das redes do livro: balanço e perspectivas de pesquisa. *Revista do Núcleo de Estudos do Livro e da Edição*, São Paulo, USP; Ateliê Editorial, n. 1, p. 75-88, 2011.

KEULLER, Adriana Tavares do Amaral Martins. *Os estudos físicos de antropologia no Museu Nacional do Rio de Janeiro (1876-1939)*. 2008. Tese (Doutorado em História), USP, São Paulo.

LATOURE, Bruno. Redes que a razão desconhece: laboratórios, bibliotecas, coleções. In: BARATIN, Marc; JACOB, Christian (orgs.). *O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

LOPES, Maria Margaret. Mais vale um jegue que me carregue, que um camelo que me derrube... lá no Ceará. *História, Ciência e Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. III, n. 1, p. 50-64, 1996.

\_\_\_\_\_. *O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1997.

\_\_\_\_\_. O local musealizado em nacional: aspectos da cultura das ciências naturais no século XIX no Brasil. In: HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antonio Augusto Passos (orgs.). *Ciência, civilização e império nos trópicos*. Rio de Janeiro: Access, 2001.

MUSEU NACIONAL. Fundo Museu Nacional. Série Diretoria. Avisos e Ofícios. Atas do Conselho Diretor do Museu Nacional. Pasta 15, docs. 80, 103 e 113, 1876; pasta 17, doc. 19, 1878.

\_\_\_\_\_. Fundo Museu Nacional. Série Diretoria. Avisos e Ofícios. Ofício do diretor do Museu Nacional ao ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Pasta 18, doc. 68, 1879.

\_\_\_\_\_. Fundo Museu Nacional. Série Diretoria. Avisos e Ofícios. Correspondências ao Museu Nacional. Pasta 15, doc. 100a, 1876; pasta 20, docs. 115 e 123, 1881.

\_\_\_\_\_. Fundo Museu Nacional. Série Diretoria. Avisos e Ofícios. Regimento Interno do Museu Nacional. Pasta 18, doc. 9a. 1879.

REGULAMENTO DO MUSEU NACIONAL, 1876. *Revista Arquivos do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, v. 1, 1876. Disponível em: <<http://obrasraras.museunacional.ufrj.br>>. Acesso em: 15 maio 2012.

RELATÓRIO ANUAL DO MUSEU NACIONAL, 1874 e 1877. Disponíveis em: <<http://obrasraras.museunacional.ufrj.br>>. Acesso em: 15 maio 2012.

RELATÓRIO ANUAL DO MUSEU NACIONAL, 1886. Disponível em: <<http://www.crl.edu/brazil>>. Acesso em: 5 dez. 2012.

REVUE D'ANTHROPOLOGIE. Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr>>. Acesso em: 10 jul. 2012.

VENÂNCIO, Giselle Martins. Presentes de papel: cultura escrita e sociabilidade na correspondência de Oliveira Vianna. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 28, p. 23-47, 2001.

VERGARA, Moema de Rezende. *A revista brasileira: vulgarização científica e construção da identidade nacional na passagem da monarquia para a república*. 2003. Tese (Doutorado em História), PUC, Rio de Janeiro.

\_\_\_\_\_. Contexto e conceitos: história da ciência e vulgarização científica no Brasil do século XIX. *Revista Interciência*, Caracas, v. 33, n. 5, p. 324-330, 2008.

---

Recebido em 5/2/2013  
Aprovado em 9/4/2013